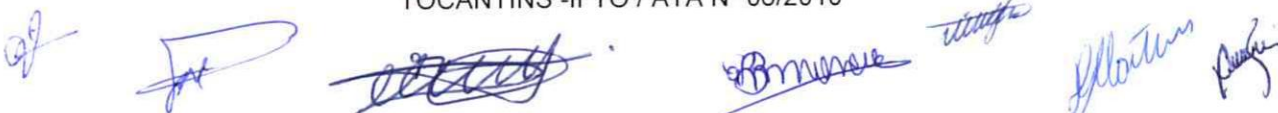


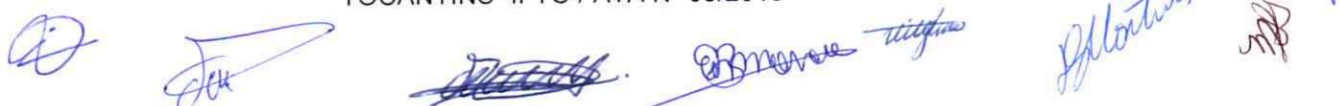
1
2 Ata da sexta reunião do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e
3 Tecnologia do Estado do Tocantins. Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil
4 e dez, às nove horas, na sala de reuniões localizada no prédio da Reitoria, situado à
5 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09, Palmas,
6 Estado do Tocantins, CEP: 77 015-200, reúne-se, em reunião ordinária, sob a presidência
7 do Magnífico Reitor, Francisco Nairton do Nascimento, o Conselho Superior do Instituto
8 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins, composto pelo
9 Reitor, como presidente; pela representação de um terço do número de *Campi*, destinada
10 aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes, e
11 igual número de suplentes; pela representação de um terço do número de *Campi*,
12 destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes; representação de um terço do
13 número de *Campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de
14 dois e o máximo de cinco representantes e igual número de suplentes; por dois
15 representantes dos egressos e igual número de suplentes, por seis representantes da
16 sociedade civil e igual número de suplentes; por dois representantes do setor público e/ou
17 empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
18 um representante e um suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de
19 Educação Profissional e Tecnológica; representação de um terço dos Diretores-Gerais de
20 *Campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi
21 registrada a presença dos representantes dos diretores dos *Campi*, Octaviano Sidnei
22 Furtado, 1º titular, Ronano Pereira Oliveira, 2º suplente; dos servidores docentes, Orlando
23 Dias Carneiro, 1º titular, Danilo Gomes Martins, 2º titular; dos representantes dos
24 discentes, Albert Lennon Lima Martins, 1º titular; representantes dos egressos, Timóteo
25 de Sousa Lemes, 1º titular, Wellington Dias da Silva, 1º suplente; dos representantes dos
26 servidores técnico-administrativos, Cícero Salatiel Pereira Lopes, 1º titular, Francisco das
27 Chagas Chaves da Rocha, 2º titular, Eder Brasil de Moraes, 1º suplente. O presidente
28 confere o quórum da reunião e declara aberta a reunião, logo após ler as justificativas de
29 ausências do Representante do Ministério da Educação, Paulo César Pereira e do
30 Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Tocantins,
31 Getúlio de Souza Araújo. Após a leitura da ata anterior, o novo representante do
32 segmento Diretores-Gerais é empossado, o Diretor-Geral do *Campus* Araguaína, Ronano
33 Pereira Oliveira. O próximo ponto de pauta é a apresentação da Proposta de



34 Verticalização da Oferta Formativa dos Cursos da Área de Construção Civil do *Campus*
35 Palmas, segundo o Processo nº. 23235.000194/2010-67, o proponente, professor Flávio
36 Roldão, Coordenador da área de Construção Civil do respectivo *Campus*, justificou o
37 motivo da proposta. Segundo ele é preciso alguns reposicionamentos no mercado de
38 trabalho, além disso, citou pesquisa que destaca que a área da Construção Civil ocupa o
39 quarto lugar em necessidade de mão-de-obra qualificada. Roldão enfatizou ainda que no
40 Tocantins o mercado para os egressos é bom, mas que conforme pesquisa junto ao
41 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do Estado do
42 Tocantins, a proporção de novos registros profissionais, vinculados aos egressos dos
43 cursos de Nível Médio – Técnico em Edificações – não reflete o potencial de concluintes
44 do *Campus* Palmas. Desta forma, ele defendeu que sejam implementadas mudanças na
45 área, visto que os egressos do Curso de Tecnologia em Construção de Edifícios têm sua
46 inserção no mercado de trabalho dificultada, entre outros, pelo desconhecimento da
47 sociedade e pela presença histórica de outros profissionais – técnicos e engenheiros –
48 ocupando tais espaços produtivos. Roldão enfatizou que é necessário reestruturar o
49 sistema e após enumerar as pesquisas e justificativas para a mudança ele explicou a
50 proposta. O objetivo seria a criação do Curso Superior em Engenharia Civil, a extinção do
51 Curso de Tecnologia em Construção de Edifícios, além do aumento do número de vagas
52 do Técnico Subsequente em Edificações, de 30 para 40 vagas. O último ponto da
53 proposta seria a alteração do Curso Técnico Médio Integrado em Edificações para um na
54 área de trânsito e transportes. Conforme ele o primeiro vestibular poderia ser realizado no
55 segundo semestre do ano de dois mil e onze. O presidente considerou que é um desafio
56 muito grande a implantação desta proposta e que o curso já deveria existir no *Campus*
57 Palmas, mas que a sua criação implica em contratação de professores, o que não seria
58 possível no momento. Para o conselheiro Octaviano a preocupação é salutar, visto que
59 grande parte dos professores substitutos do *Campus* Palmas estão na área de
60 Construção Civil, e além disso, a ocupação dos professores em cargo de gestão não
61 justifica a contratação de novos substitutos. Octaviano destacou ainda que os reflexos da
62 proposta serão percebidos ao longo do tempo, e que para a criação do Curso de
63 Engenharia Civil é preciso seguir os trâmites estabelecidos pela Pró-reitoria de Ensino,
64 detalhados na Instrução Normativa nº. 04 de 10 de dezembro de 2010. Ele salientou que
65 seu parecer como conselheiro e Diretor-Geral do *Campus* Palmas, era pela aprovação da
66 proposta, mas com ressalvas quanto ao quadro de professores. Além disso, o conselheiro
67 Octaviano concordou com a extinção do Curso de Tecnologia em Construção de Edifícios,

68 mas sugeriu que a discussões acerca do Ensino Médio Integrado ficassem para o
69 segundo semestre de dois mil e onze, pois impactará outras áreas. O professor Flávio
70 Roldão pediu para que constasse em ata sua frustração em deixar as discussões sobre
71 as outras modalidades para o segundo semestre de dois mil e onze. O presidente reiterou
72 que para a criação do Curso Superior em Engenharia Civil, a extinção do Curso de
73 Tecnologia em Construção de Edifícios deveria ser imediata. O conselheiro Octaviano
74 ressaltou que a decisão deve ser coletiva e que era preciso discutir em colegiado, e que
75 não questão de adiar a discussão, mas sim de levar em consideração os demais cursos
76 do *Campus* Palmas. Octaviano reiterou que a política para o quadro de vagas de 2011
77 ainda era desconhecida. O professor Flávio Roldão afirmou que a área de Construção
78 Civil acredita no Curso Superior em Engenharia Civil, mas que ela não pode atuar com a
79 proposta semi-aprovada, ele enfatizou que para a sustentabilidade do Curso Superior em
80 Engenharia Civil, não basta a extinção do Curso de Tecnologia em Construção de
81 Edifícios. O presidente destacou que é importante agir com maturidade, lidar com
82 imprevistos, no momento não há previsão de novas vagas para professores, mas é
83 possível repensar sobre o Médio Integrado depois. O professor Flávio Roldão reforçou
84 que eles só podem dar um passo a frente, se o solo for firme, e encaminhou a proposta
85 como no processo. O presidente pediu que os presentes entendessem que os recursos
86 para o Instituto são gerados conforme os números de matrículas, por isso, nesse
87 momento a extinção do Médio Integrado não seria interessante. Ainda na ocasião, o
88 presidente lembrou que a implantação do novo curso não acarreta a contratação de novos
89 professores, visto que não há previsão de novos servidores para o *Campus* Palmas,
90 sendo assim, o corpo docente para o curso deverá ser o que já existe na área de
91 Construção Civil. Ainda durante a reunião, ficou decidido que a oferta do Curso Técnico
92 em Edificações na Modalidade Médio Integrado ficará suspensa, temporariamente, a
93 partir de 2011. A Coordenação da Área de Construção Civil manter a Direção Geral do
94 *Campus* Palmas informada, via relatório específico, sobre o desdobramento das ações
95 previstas na Proposta de Verticalização da área. Após as deliberações a proposta é
96 aprovada pelos conselheiros por unanimidade. O próximo ponto da reunião é a
97 apresentação da Pós-Graduação *Lato sensu* em Telemática do *Campus* Palmas, o
98 presidente explicou que devido a urgência da matéria, o projeto do curso, constante no
99 processo nº. 23146.001801/2010-18 foi aprovado *Ad Referendum* no dia 28 de outubro de
100 2010. Logo após, o professor Cláudio Monteiro detalhou o projeto do curso, ele explicou
101 que a criação do curso não prejudicará o fluxo das aulas dos outros cursos, além de ter o

102 objetivo de alavancar a pesquisa no âmbito do Instituto Federal do Tocantins. Além disso,
103 Cláudio ressaltou que a especialização se assemelha muito ao mestrado, focando no
104 índice de publicações dos estudantes, visto que o objetivo é que depois de três processos
105 seletivos, a área possa ofertar um mestrado. Ele explicou ainda a carência de projetos de
106 pesquisa na área de Informática e que a previsão de entrada seria de 30 alunos e que
107 segundo pesquisa de mercado, essas serão preenchidas. O conselheiro Octaviano
108 destacou o esmero com que a proposta foi elaborada e disse que este era um pontapé
109 inicial para o crescimento da pesquisa no Instituto. Em seguida, o projeto foi colocado em
110 votação, e aprovado por unanimidade. Logo após, o professor Lucas Oliveira, apresentou
111 o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente, *Campus*
112 Paraíso do Tocantins, segundo o Processo nº. 23235.000089/2010-82. Em um primeiro
113 momento, ele explicou que foi preciso adequar o projeto segundo as normas
114 estabelecidas pela Pró-reitoria de Ensino. O professor Lucas falou sobre a dificuldade
115 cadastrar o curso no CREA, e que os egressos encontram algumas dificuldades para
116 entrar no mercado de trabalho. Quanto à estrutura do curso, ele explicou que nem a carga
117 horária, componentes, objetivos ou requisitos de acesso foram modificados. O curso é
118 dividido em três módulos, sendo o primeiro obrigatório e os outros a critério do aluno. O
119 professor explicou que as competências e habilidades foram modificadas segundo
120 resolução do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), e foi
121 incluso também estratégias pedagógicas da aula. A hora-aula ficou definida em 50
122 minutos; e a carga horária total de 1.200 horas, com 200 horas para estágio, totalizando
123 um ano e meio de curso. Além disso, a média ficou igual ou superior a 6.0 (seis) pontos,
124 adequação à Ordem Didático Pedagógica do *Campus*. O conselheiro Octaviano lembrou
125 que é importante o Conselho Pedagógico se atentar à ODP, para os critérios de
126 aprovação. Após deliberações, as alterações no projeto foram aprovadas, por
127 unanimidade. Em seguida, a chefe de gabinete da Reitoria, Quenízia Lopes, apresentou
128 o Regulamento Interno do Colégio de Dirigentes, constante no Processo nº.
129 23235.000195/2010-20. Quenízia explicou que o colegiado está instituído na Lei de
130 criação dos Institutos Federais, nº. 11.892, é um órgão consultivo, composto pelo Reitor,
131 Pró-reitores e Diretores. Ela destacou que é importante que todos o documentos do
132 Instituto passem pelo Colégio de Dirigentes, as reuniões serão bimestrais, com um
133 calendário anual, sem a necessidade de convocação. Os pontos de pauta são enviados
134 com sete dias de antecedência, e qualquer alteração será aprovada por dois terços dos
135 membros do colegiado. Após se colocado em votação, o regulamento foi aprovado por



136 unanimidade. Em seguida a Diretora de Pós-Graduação da Pró-reitoria de Pesquisa e
137 Inovação, Adriana Brito, apresentou o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto
138 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, constante no Processo nº.
139 23235.000196/2010-92. Adriana explicou que o objetivo do documento é nortear a
140 implantação, oferta de cursos de pós-graduação dentro do Instituto. O regulamento institui
141 trâmites, com base na legislação vigente, tais como, funcionamento, estrutura curricular,
142 regulamentação, admissão e matrícula, avaliação do desempenho e conclusão do curso.
143 O regulamento propõe que os certificados sejam emitidos pelos *Campi*. O conselheiro
144 Octaviano questiona como funcionaria essa emissão. A professora Adriana esclarece que
145 os registros serão feitos nos *Campi*, e logo após enviados para assinatura do Reitor. O
146 regulamento foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Em seguida, o Pró-reitor
147 de Pesquisa e Inovação, Augusto Cesar dos Santos, apresentou o Regulamento dos
148 Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
149 Tocantins, constante no Processo nº. 23235.000196/2010-92. Ele explicou que a
150 regulamentação facilitará o cadastro dos grupos de pesquisas do Instituto Federal do
151 Tocantins junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
152 (CNPq). Durante a explanação, o professor Augusto lembrou que existem sete grupos no
153 âmbito do Instituto e que para sua criação, pode haver apenas um membro, o que é
154 considerado atípico, mas aceitável. Além disso, explicou que o grupo deve ser registrado
155 junto à Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, e que para isso é necessário, no mínimo, um
156 projeto de pesquisa vinculado ao grupo, logo após o cadastro, o CNPq decide se certifica
157 ou não. O regulamento propõe que as atividades dos grupos sejam avaliadas tri
158 anualmente, uma vez que os grupos inativos pontuam negativamente para a instituição. O
159 professor Augusto salientou que é interessante a criação de grupos por afinidade, mesmo
160 que em *campi* diferentes, visto que para o CNPq a existência de dois grupos na mesma
161 área dentro do mesmo órgão não é recomendável. As normas para entrada nos grupos
162 serão definidas por seus líderes, não há limite máximo de participantes. Após as
163 deliberações, o regulamento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a chefe de
164 gabinete da reitoria, Quenízia Lopes, apresentou as alterações na Instrução Normativa,
165 que estabelece as normas e procedimentos para certificação pelo IFTO dos alunos que
166 realizaram o ENEM e assim solicitarem, constante no Processo nº. 23235.000139/2010-
167 59. Ela explicou que após a aprovação pelo Conselho Superior foram identificados alguns
168 equívocos, e estes foram sanados. Quenízia explicou que faltava o termo origina junto ao
169 termo cópia, isto para reconhecimento *in loco*, além disso, o prazo para emissão do

170 certificado foi alterado de sete para trinta dias, em função das demandas. Outra alteração
171 apontada foi a retirada de alguns exigências no texto do certificado, assim como o modelo
172 desse. Logo após, os conselheiros aprovaram as alterações, por unanimidade. Logo
173 após, a Diretora de Ensino Superior da Pró-reitoria de Ensino, Débora Castro, apresentou
174 a Instrução Normativa para o trâmite processual de elaboração de Projetos Pedagógicos
175 de Cursos e autorização de novos cursos, normatizada pelo Processo nº.
176 23235.000198/2010-18. A professora explicou a justificativa da criação da normativa:
177 regulamentar trâmites para alteração e criação dos cursos segundo o que preconiza as
178 diretrizes nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ela ressaltou ainda que a
179 partir da regulamentação os cursos do Instituto passarão a ter uma identidade única. O
180 conselheiro Salatiel parabenizou a equipe pela iniciativa. Após as deliberações, a
181 instrução normativa foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Técnico em Assuntos
182 Educacionais, Raday Ribeiro, apresentou o Projeto Político Pedagógico Mulheres Mil,
183 Projeto Cidadania pela Arte, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
184 Tocantins, constante no Processo nº. 23146.001821/2010-33. O presidente destacou que
185 este é um projeto de formação inicial continuada, com qualificação em corte e costura,
186 culinária e artesanato, em parceria com a Prefeitura de Palmas. Ele explicou a
187 necessidade da aprovação, uma vez que este não estava definitivamente regulamentado.
188 Raday ressaltou o caráter de oferta para mulheres com baixa renda, além das parcerias
189 com o Sistema S e lembrou que há uma mobilização para que o Mulheres Mil se torne
190 Mulheres Brasil. Logo após, o projeto foi aprovado, por unanimidade. E não havendo mais
191 nada a se tratar, encerra-se a reunião. Eu, secretária do Conselho Superior Maiara Sobral
192 Silva, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo
193 presidente e demais membros do Conselho Superior.


Francisco Nairton do Nascimento
Presidente do Conselho Superior


Albert Lennon Lima Martins
Representante dos discentes – 1º titular



Orlando Dias Carneiro
Representante dos docentes – 1º titular



Danilo Gomes Martins
Representante dos docentes – 2º titular



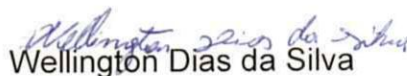
Octaviano Sidnei Furtado
Representante dos diretores de campi – 1º titular



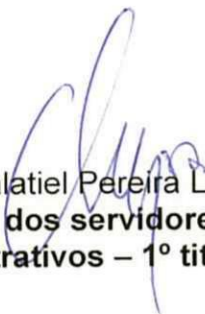
Ronano Pereira Oliveira
Representante dos diretores de campi – 2º suplente



Timóteo de Sousa Lemes
Representante dos egressos – 1º titular



Wellington Dias da Silva
Representante dos egressos – 1º suplente



Cícero Salatiel Pereira Lopes
Representante dos servidores técnico-administrativos – 1º titular



Francisco das Chagas Chaves da Rocha
Representante dos servidores técnico-administrativos – 2º titular



Éder Brasil de Moraes
Representante dos servidores técnico-administrativos – 1º suplente



Maiara Sobral Silva
Secretária